



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANÁLISE DE RISCOS

Nº SEC:		DATA:	16/05/2022
----------------	--	--------------	------------

Construção: Integrante Técnico.
Apoio: Integrante Requisitante e Integrante Administrativo.
Objetivo do artefato: Descrever e avaliar as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas.

1. RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO				
RISCO 1	Risco:	Indisponibilidade Orçamentária		
	Probabilidade:	Baixa	Dano	Impacto
			Alto	Impossibilidade de assegurar alta disponibilidade dos serviços que trafegam entre os <i>Data Centers</i> Principal (localizado no TRF-2) e Secundário (localizado na SJES). Estar em desconformidade com relação aos requisitos constantes do inciso III, art. 2º da Resolução CJF Nº. 477/2018.
	Id	Ação preventiva		Responsável
	1	Verificar a disponibilidade orçamentária		SPO
	Id	Ação de contingência		Responsável
	1	Solicitar crédito suplementar;		STI
RISCO 2	Risco:	Atraso no trâmite do Processo de Contratação		
	Probabilidade:	Média	Dano	Impacto
			Médio	Impossibilidade de assegurar alta disponibilidade dos serviços que trafegam entre os <i>Data Centers</i> Principal (localizado no TRF-2) e Secundário (localizado na SJES). Estar em desconformidade com relação aos requisitos constantes do inciso III, art. 2º da Resolução CJF Nº. 477/2018.
	Id	Ação preventiva		Responsável
	1	Acompanhar a tramitação processual e solicitar prioridade as áreas da Administração diretamente envolvidas no processo.		STI
	Id	Ação de contingência		Responsável
	1	Solicitar, em caráter excepcional, contratação emergencial objetivando a manutenção da prestação do serviço vigente.		Gestor do Contrato
RISCO 3	Risco:	Empresas não terem interesse na participação da licitação		
	Probabilidade:	Baixa	Dano	Impacto
			Alto	Impossibilidade de assegurar alta disponibilidade dos serviços que trafegam entre os <i>Data Centers</i> Principal (localizado no TRF-2) e Secundário (localizado na SJES). Estar em desconformidade com relação aos requisitos constantes do inciso III, art. 2º da Resolução CJF Nº. 477/2018.
	Id	Ação preventiva		Responsável



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITl.
 Documento Nº: 3616194-7631 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616194-7631>



TRF2INC20220288A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANÁLISE DE RISCOS

	1	Elaborar Termo de Referência bem fundamentado.		Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Contatar o máximo possível de empresas que prestam o tipo de serviço almejado.		Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de contingência		Responsável
	1	Solicitar, em caráter excepcional, contratação emergencial objetivando a manutenção da prestação do serviço vigente.		Equipe de Planejamento da Contratação / SAT
	2	Realizar nova licitação e republicação do edital		Equipe de Planejamento da Contratação / SAT
2. RISCOS DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO				
RISCO 1	Risco:	Dificuldades da operadora em atender o prazo de implantação dos serviços		
	Probabilidade:	Média	Dano	Impacto
			Médio	Impossibilidade de assegurar alta disponibilidade dos serviços que trafegam entre os <i>Data Centers</i> Principal (localizado no TRF-2) e Secundário (localizado na SJES). Médio — Estar em desconformidade com relação aos requisitos constantes do inciso III, art. 2º da Resolução CJF Nº. 477/2018.
	Id	Ação preventiva		Responsável
	1	Pesquisar junto às operadoras de telecomunicações os prazos usuais de mercado necessários para implantação do serviço em tela.		Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de contingência		Responsável
	1	Realização de intimação objetivando a solução dos problemas / Aplicação de penalidades.		Gestor do Contrato/AJUC
	2	Solicitar, em caráter excepcional, contratação emergencial objetivando a manutenção da prestação do serviço vigente.		Gestor do Contrato
RISCO 2	Risco:	Vencedora do Certame não possuir capacidade técnico-operacional para prestação de serviço de tal complexidade		
	Probabilidade:	Média	Dano	Impacto
			Médio	Impossibilidade de assegurar alta disponibilidade dos serviços que trafegam entre os <i>Data Centers</i> Principal (localizado no TRF-2) e Secundário (localizado na SJES). Estar em desconformidade com relação aos requisitos constantes do inciso III, art. 2º da Resolução CJF Nº. 477/2018.
	Id	Ação preventiva		Responsável
	1	Exigir Atestados de Capacidade Técnica no Termo de Referência com o objetivo de comprovar a aptidão da Operadora de Telecomunicações no desempenho de atividade que guarde proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.		Equipe de Planejamento da Contratação
	2	No Edital e no Termo de Referência: prever glosas, multas, possibilidade de rescisão contratual, bem como outras penalidades no caso de inexecução parcial ou total do objeto (não implantação da Rede de Dados) objetivando desencorajar empresas que não possuem capacidade		Equipe de Planejamento da Contratação / SAT





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANÁLISE DE RISCOS

	técnico-operacional para prestação de serviço de tal complexidade a participar da procedimento licitatório em tela.	
Id	Ação de contingência	Responsável
	Aplicação de glosas	Equipe de Fiscalização da Contratação
1	Realização de intimação / Aplicação de penalidades objetivando a solução dos problemas	Equipe de Fiscalização da Contratação /AJUC
2	Realizar nova licitação e rescindir o Contrato	Equipe de Fiscalização da Contratação /AJUC /Equipe de Planejamento da Contratação / SAT
RISCO 3	Risco:	Má qualidade na prestação do serviço
	Probabilidade:	Dano
	Média	Médio
		Impacto
		Comprometimento da disponibilidade e da qualidade do serviço.
	Id	Ação preventiva
	1	Elaborar cláusulas contratuais com níveis de serviço adequados às necessidades do Órgão.
	Id	Ação de contingência
	1	Realizar cobranças e glosas objetivando melhorar a qualidade da prestação do serviço
	2	Realizar intimação / Aplicação de penalidades objetivando a solução dos problemas
	3	Iniciar novo planejamento da contratação objetivando a substituição do referido contrato
3. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
	Papel	Nome
	Integrante Requisitante	Pergentino Joaquim Alves Neto
	Integrante Requisitante Suplente	Marcus Vinicius do P. Azevedo
	Integrante Técnico	Carlos Alberto Caldas da Silva
	Integrante Técnico Suplente	Diego Lopes Gomes
	Integrante Administrativo	Luiz Manuel de Sousa Gonçalves
	Integrante Administrativo Suplente	Patricia Soares Trannin
		Matricula
		Setor
		E-mail
		T212049
		SITI
		pergentino@trf2.jus.br
		T211728
		DIREME
		mva@trf2.jus.br
		T212041
		COREDA
		carloscaldas@trf2.jus.br
		T212081
		SECODS
		diego.gomes@trf2.jus.br
		T211575
		SEATAD
		luiz.goncalves@trf2.jus.br
		T211550
		SEASAT
		trannin@trf2.jus.br



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI.
Documento Nº: 3616194-7631 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616194-7631>



TRF2INC202202888A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Nº SEC:	DATA: 16/05/2022
----------------	-------------------------

Construção: Integrante Técnico e Integrante Requisitante.

Apoio: Integrante Administrativo.

Objetivo do Artefato: A Análise de Viabilidade da Contratação demonstra a viabilidade técnica e econômica da contratação.

1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC (STIC)																							
Prestação de serviço continuado de comunicação de dados permanente, dedicado e exclusivo (não compartilhado), com operação em full-duplex, com velocidade mínima de 1 Gbps, interligando 2 (duas) Unidades da CONTRATANTE — circuito ponto a ponto.																							
2. REQUISITOS DE NEGÓCIO DA ÁREA REQUISITANTE																							
2.1.NECESSIDADES DE NEGÓCIO																							
Necessidade 1:	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados, conforme Plano Estratégico da Justiça Federal — PEJF 2021/2026.																						
Funcionalidades																							
O serviço que se pretende contratar se coaduna com Macro desafio do Poder Judiciário elencado acima, na medida em que visa à melhoria da infraestrutura tecnológica, promovendo satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas e controles efetivos de riscos.																							
Necessidade 2:	Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal conforme Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal — PETI-JF 2021/2026.																						
Funcionalidades																							
O serviço que se pretende contratar se coaduna com o Objetivo Estratégico da Justiça Federal elencado acima, na medida em que contribui para a promoção do avanço tecnológico do órgão, visando maximizar a entrega de valor dos serviços prestados aos usuários.																							
2.2.DEMAIS REQUISITOS																							
Id	Tipo	Requisito																					
2.2.1	Capacitação	Não há necessidade.																					
2.2.2	Requisitos Legais	Lei 8666/1993, Lei 10.520/2002, Resolução ANATEL 717/2019, Resolução ANATEL 614/2013, Resolução ANATEL 632/2014 e demais dispositivos legais pertinentes. Resolução TRF2-RSP-2013/0007 (inciso II do art. 18), Resolução TRF2-RSP-2019/00080 e Resolução TRF2-RSP-2015/00016 (art. 11).																					
2.2.3	Requisitos de Manutenção	O serviço de suporte técnico deverá ser prestado em regime de atendimento 24 horas x 7 dias.																					
2.2.4	Requisitos Temporais da Instalação	<table><tr><th>ETAPA</th><th>DESCRIÇÃO</th><th>PRAZOS</th></tr><tr><td>01</td><td>Assinatura do(s) Contrato(s)</td><td>Após homologação do certame</td></tr><tr><td>02</td><td>Reunião de alinhamento de expectativas</td><td>Em até 5 (cinco) dias consecutivos após o 1º dia útil seguinte à assinatura do contrato.</td></tr><tr><td>03</td><td>Verificação das instalações da CONTRATANTE (Site Survey) e emissão de Projeto Preliminar de Instalação.</td><td>Em até 15 (quinze) dias consecutivos após o 1º dia útil seguinte à assinatura do contrato.</td></tr><tr><td>04</td><td>Análise do Projeto de Instalação pela CONTRATANTE</td><td>Em até 5 (cinco) dias consecutivos após a conclusão da etapa 3.</td></tr><tr><td>05</td><td>Recebimento provisório</td><td>Em até 85 (oitenta e cinco) dias consecutivos após o 1º dia útil seguinte à assinatura do contrato.</td></tr><tr><td>06</td><td>Período de Funcionamento</td><td>Inicia-se no dia útil seguinte ao</td></tr></table>	ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZOS	01	Assinatura do(s) Contrato(s)	Após homologação do certame	02	Reunião de alinhamento de expectativas	Em até 5 (cinco) dias consecutivos após o 1º dia útil seguinte à assinatura do contrato.	03	Verificação das instalações da CONTRATANTE (Site Survey) e emissão de Projeto Preliminar de Instalação.	Em até 15 (quinze) dias consecutivos após o 1º dia útil seguinte à assinatura do contrato.	04	Análise do Projeto de Instalação pela CONTRATANTE	Em até 5 (cinco) dias consecutivos após a conclusão da etapa 3.	05	Recebimento provisório	Em até 85 (oitenta e cinco) dias consecutivos após o 1º dia útil seguinte à assinatura do contrato.	06	Período de Funcionamento	Inicia-se no dia útil seguinte ao
ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZOS																					
01	Assinatura do(s) Contrato(s)	Após homologação do certame																					
02	Reunião de alinhamento de expectativas	Em até 5 (cinco) dias consecutivos após o 1º dia útil seguinte à assinatura do contrato.																					
03	Verificação das instalações da CONTRATANTE (Site Survey) e emissão de Projeto Preliminar de Instalação.	Em até 15 (quinze) dias consecutivos após o 1º dia útil seguinte à assinatura do contrato.																					
04	Análise do Projeto de Instalação pela CONTRATANTE	Em até 5 (cinco) dias consecutivos após a conclusão da etapa 3.																					
05	Recebimento provisório	Em até 85 (oitenta e cinco) dias consecutivos após o 1º dia útil seguinte à assinatura do contrato.																					
06	Período de Funcionamento	Inicia-se no dia útil seguinte ao																					



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITl.
Documento Nº: 3616187-2854 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616187-2854>



TRF2INC202202885A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

		Experimental	recebimento provisório e finaliza-se em até 5 (cinco) dias consecutivos.		
		07 Recebimento definitivo	Em até 90 (noventa) dias consecutivos após o 1º dia útil seguinte à assinatura do contrato, ao término do Período de Funcionamento Experimental.		
2.2.5	Requisitos de Segurança	Os serviços prestados deverão estar de acordo com as normas, padrões e políticas estabelecidas pelos respectivos órgãos reguladores, bem como estar aderente às normas técnicas brasileiras aplicáveis.			
2.2.6	Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais	A CONTRATADA deverá respeitar e cumprir todas as disposições da legislação ambiental vigente, responsabilizando-se perante a CONTRATANTE, os órgãos ambientais e terceiros, por todo e qualquer dano ou prejuízo que porventura cause ao Meio Ambiente.			
3. LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS					
Considerando que o objeto da demanda se resume, tão somente, à contratação de serviços de comunicação de dados— SCM regulamentado pela ANATEL — não foram encontradas alternativas à solução pretendida.					
4. ANÁLISE E COMPARAÇÃO (CUSTOS) DAS ALTERNATIVAS EXISTENTES					
Não se aplica.					
5. DETALHAMENTO DAS ALTERNATIVAS EXISTENTES (Aplicável especialmente para o caso de STIC que envolva software)					
Id.	Requisito	Sim	Não	Não se Aplica	
5.1	A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal?	X			
5.2	A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Justiça Federal?	X			
5.3	A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro (http://www.softwarepublico.gov.br)?			X	
5.4	Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)?			X	
5.5	A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil (quando houver necessidade de certificação digital)?			X	
5.6	A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário – MoReq-Jus?			X	
6. SELEÇÃO E JUSTIFICATIVA DA STIC ESCOLHIDA					
Considerando que o objeto da demanda se resume, tão somente, à contratação de serviços de comunicação de dados— SCM regulamentado pela ANATEL — não foram encontradas alternativas à solução pretendida.					
7. BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕE A SOLUÇÃO/ORÇAMENTO ESTIMADO					
Id.	Requisito	Quant. (mensal)	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total	
7.1	Prestação de serviço continuado de comunicação de dados permanente, dedicado e exclusivo (não compartilhado), com operação em full-duplex, com velocidade mínima de 1 Gbps, interligando 2 (duas) Unidades da CONTRATANTE — circuito ponto a ponto.	24	R\$23.773,46	R\$642.563,04	
7.2	Serviço de Instalação	1	R\$10.890,63	R\$10.890,63	
Total				R\$653.453,67	
8. ALINHAMENTO EM RELAÇÃO ÀS NECESSIDADES DE NEGÓCIO E REQUISITOS TECNOLÓGICOS					
A presente contratação está alinhada com as iniciativas previstas no Plano Estratégico da Justiça Federal — PEJF 2021/2026 — e no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal — PETI-JF 2021/2026, mais precisamente em consonância com o Macro desafio “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados” e o objetivo estratégico de “Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal”.					



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITl.
Documento Nº: 3616187-2854 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616187-2854>



TRF2INC20202885A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

9. BENEFÍCIOS ESPERADOS	
Id.	Benefícios
9.1	Assegurar a centralização e a alta disponibilidade dos serviços que trafegam entre os Data Centers Principal e Secundário da CONTRATANTE.
9.2	Permanecer em conformidade com requisitos constantes do inciso III, art. 2º da Resolução N.º. 477/2018 do Conselho da Justiça Federal.

10. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

O serviço objeto desta contratação foi previsto baseado na demanda atual, a qual, neste momento, é atendida mediante a Termo de Contrato 25/2018 (Processo administrativo JFRJ-EOF-2018/00458) assinado em 03/07/2018 e que atingirá a vigência máxima de 60(sessenta) meses em julho de 2023.

11. NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Tipo de necessidade	Descrição
Infraestrutura tecnológica	Ambiente da Sala PoP já preparado
Infraestrutura elétrica	Ambiente da Sala PoP já preparado
Logística de implantação	Já de conhecimento prévio
Espaço físico	Ambiente da Sala PoP já preparado
Mobiliário	Ambiente da Sala PoP já preparado
Impacto ambiental	Não há

12. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Papel	Nome	Matr.	Setor	E-mail
Integrante Requisitante	Pergentino Joaquim Alves Neto	T212049	SITI	pergentino@trf2.jus.br
Integrante Requisitante Suplente	Marcus Vinicius do P. Azevedo	T211728	DIREME	mva@trf2.jus.br
Integrante Técnico	Carlos Alberto Caldas da Silva	T212041	COREDA	carloscaldas@trf2.jus.br
Integrante Técnico Suplente	Diego Lopes Gomes	T212081	SECODS	diego.gomes@trf2.jus.br
Integrante Administrativo	Luiz Manuel de Sousa Gonçalves	T211575	SEATAD	luiz.goncalves@trf2.jus.br
Integrante Administrativo Suplente	Patricia Soares Trannin	T211550	SEASAT	trannin@trf2.jus.br



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI.
Documento N.º: 3616187-2854 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616187-2854>



TRF2INC20202885A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO

Nº SEC:		DATA:	16/05/2022
----------------	--	--------------	-------------------

Construção: Equipe de Planejamento da Contratação
Objetivo do artefato: Definir e formalizar a estratégia para a contratação.

1. NATUREZA DO OBJETO

Trata-se de prestação de serviço destinada a atender necessidade pública permanente e contínua, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos.

Critério	Atendimento da solução
É possível especificar o serviço usando parâmetros usuais de mercado?	Sim
É possível medir o desempenho da qualidade usando parâmetros usuais de mercado?	Sim
O objeto da contratação se estende necessariamente por mais de um ano?	Sim
O objeto da contratação é essencial para o negócio?	Sim

2. PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO (Justificar, caso seja indivisível)

De acordo com os requisitos levantados, verifica-se que o objeto trata-se de uma solução de comunicação de dados, a qual não permite divisão em itens, pois seu fracionamento traria prejuízos para o objetivo final almejado, haja vista que somente a própria CONTRATADA pode realizar a instalação física do seu próprio link de comunicação de dados.

Portanto, o objeto desta licitação será indivisível e será adjudicado a uma única empresa.

3. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

Verifica-se que os serviços pretendidos são oferecidos por diversas operadoras no mercado de Telecomunicações, e apresentam características padronizadas. Assim, pode-se concluir que o objeto é comum e, portanto, sugere-se como melhor opção a utilização da modalidade "Pregão" sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo "Menor Preço".

4. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E INDICAÇÃO DA FONTE DE RECURSO

Lote	Fonte Pagadora	PTR	Elementos de Despesa
1	TRF2	AI	33.90.40.13 – Comunicação de Dados

5. PRAZO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência contratual deverá ser de 24 meses a contar do 1º dia útil seguinte à assinatura do contrato.

Tal prazo faz-se necessário baseado na peculiaridade e complexidade do objeto, bem como por revelar um benefício para a Administração.

É baseado na peculiaridade do objeto, pois as operadoras de Telecomunicações têm um investimento não só inicial, mas também durante toda a execução contratual para realizar a manutenção da infraestrutura de atendimento ao cliente, tais como com equipamentos, cabeamento, aluguel de torres e de acessos, pessoal, custo de banda, parceria com outras operadoras, e esse custo é diluído em parcelas futuras, onde se calcula o prazo de retorno desse investimento inicial. Um contrato de 12 meses teria parcelas mais altas, pois o custo é dividido em parcelas e nestas é agregado o lucro da operadora. No entanto, um contrato de 24 meses terá parcelas proporcionalmente menores, considerando o maior prazo para diluir o investimento inicial e de execução.

E revela também um benefício para Administração, pois segundo o Jurista Marçal Justen Filho, (...) o problema mais relevante reside na perda pela Administração Pública de uma das vantagens inerentes à adoção de prazos mais amplos. Quando se realiza um contrato com prazo de sessenta meses, reduzem-se os custos unitários e gerenciais do particular. Portanto, a Administração pode obter preços mais vantajosos. Quando se impõe contratação com prazo mais reduzido (ainda que com previsão de sua renovabilidade até sessenta meses), elevam-se os custos do particular. Logo a Administração se sujeita a preços





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO

mais elevados. Esse é um dos motivos do surgimento da figura da "repactuação de preços (...)" (Justen Filho, 2010, p.726)

Não obstante, considerando a essencialidade do referido objeto e a permanência da necessidade pública a ser satisfeita torna-se muito problemático interromper sua prestação, risco que poderia ser desenhado se houvesse necessidade promover licitação a cada exercício orçamentário.

Ademais, bem se sabe que os procedimentos de contratação e prorrogação contratual demandam o envolvimento de servidores de diversas áreas administrativas, bem como um custo considerável, computando o valor hora/homem desses servidores e demais custos do processo administrativo, tais como com as publicações na imprensa oficial.

Esse também é o entendimento de muitos Órgãos do Poder Judiciário Federal bem como de Órgãos de Controle, que realizaram contratações semelhantes, senão vejamos:

TCU; Pregão 122/2013; vigência 36 meses

CJF; Pregão 24/2016; vigência 20 meses

TRF 3ª Região; Pregão 043/2016; vigência 30 meses

TRF 4ª Região; Pregão 16/2017; vigência 20 meses

TRT 1ª Região; Pregão 04/2018; vigência 30 meses

SJPR; Pregão 06/2013; vigência 60 meses

SJRJ; Pregão 49/2014; vigência 36 meses

SJRJ; Pregão 85/2019; vigência 36 meses

Diante de todos os argumentos acima expostos, objetiva-se a contratação do objeto em tela pelo prazo de 24 meses.

6. PRAZO DE VIGÊNCIA DA GARANTIA DE BENS E/OU SERVIÇOS

Não se aplica.

7. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Papel	Nome	Matr.	Setor	E-mail
Integrante Requisitante	Pergentino Joaquim Alves Neto	T212049	SITI	pergentino@trf2.jus.br
Integrante Requisitante Suplente	Marcus Vinicius do P. Azevedo	T211728	DIREME	mva@trf2.jus.br
Integrante Técnico	Carlos Alberto Caldas da Silva	T212041	COREDA	carloscaldas@trf2.jus.br
Integrante Técnico Suplente	Diego Lopes Gomes	T212081	SECODS	diego.gomes@trf2.jus.br
Integrante Administrativo	Luiz Manuel de Sousa Gonçalves	T211575	SEATAD	luiz.goncalves@trf2.jus.br
Integrante Administrativo Suplente	Patrícia Soares Trannin	T211550	SEASAT	trannin@trf2.jus.br

8. EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

Papel	Nome	Matr.	Setor	E-mail
Fiscal Requisitante	Pergentino Joaquim Alves Neto	12049	SITI	pergentino@trf2.jus.br
Fiscal Requisitante Suplente	Marcus Vinicius do Patrocinio Azevedo	11728	COREME	mva@trf2.jus.br
Fiscal Técnico	Flávio Roberto Sampaio	12057	SECODS	secods@trf2.jus.br
Fiscal Técnico Suplente	Carlyle Duarte de Souza	12017	SECODS	secods@trf2.jus.br
Fiscal Técnico Suplente	Fernando Antonio Gruber dos Santos	12018	SECODS	secods@trf2.jus.br
Fiscal Administrativo				
Fiscal Administrativo Suplente				
Gestor	Carlos Alberto Caldas da Silva	T212041	COREDA	carloscaldas@trf2.jus.br
Gestor Suplente	Diego Lopes Gomes	T212081	SECODS	secods@trf2.jus.br



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI.

Documento Nº: 3616193-7857 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616193-7857>



TRF2INC20202887A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

PLANO DE SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO

Nº SEC:		DATA:	16/05/2022
----------------	--	--------------	------------

Construção: Integrante Técnico.
Apoio: Integrante Requisitante, Integrante Administrativo.
Objetivo do artefato: O Plano de Sustentação visa garantir a continuidade do negócio durante e após a entrega da Solução de Tecnologia da Informação, bem como após o encerramento do contrato.

1. RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS NECESSÁRIOS À CONTINUIDADE DO NEGÓCIO DURANTE E APÓS A EXECUÇÃO DO CONTRATO

Com relação aos recursos humanos, faz-se necessária a manutenção das equipes atualmente responsáveis pela administração da rede e implantação de links, pois os servidores nela lotados possuem o conhecimento e o potencial indispensáveis à implantação da solução.

2. ESTRATÉGIA DE CONTINUIDADE DE FORNECIMENTO DA SOLUÇÃO EM EVENTUAL INTERRUPTÃO CONTRATUAL

Ação de contingência

Realizar nova licitação.

3. AÇÕES PARA TRANSIÇÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL

Id	Ação	Aplicação
3.1	Entrega de versões finais dos produtos e da documentação	Não se aplica.
3.2	Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da solução de TIC	Não se aplica.
3.3	Desmobilização de infraestrutura	Sim
3.6	Outras que se apliquem	Não se aplica.

4. AÇÕES PARA TRANSIÇÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL

Id	Ação	Aplicação
4.1	Transferência de Conhecimento (para os casos de contratação de desenvolvimento de software sob encomenda no mercado de TIC)	Não se aplica.
4.2	Direitos de propriedade intelectual e autoral da solução de TI	Não se aplica.

5. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Papel	Nome	Matr.	Setor	E-mail
Integrante Requisitante	Pergentino Joaquim Alves Neto	T212049	SITI	pergentino@trf2.jus.br
Integrante Requisitante Suplente	Marcus Vinicius do P. Azevedo	T211728	DIREME	mva@trf2.jus.br
Integrante Técnico	Carlos Alberto Caldas da Silva	T212041	COREDA	carloscaldas@trf2.jus.br
Integrante Técnico Suplente	Diego Lopes Gomes	T212081	SECODS	diego.gomes@trf2.jus.br
Integrante Administrativo	Luiz Manuel de Sousa Gonçalves	T211575	SEATAD	luiz.goncalves@trf2.jus.br
Integrante Administrativo Suplente	Patrícia Soares Trannin	T211550	SEASAT	trannin@trf2.jus.br



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI.
 Documento Nº: 3616190-9081 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616190-9081>



TRF2INC202202886A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



PROCESSO Nº TRF2-EOF-2022/00315
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/0000
ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Prestação de serviço continuado de comunicação de dados permanente, dedicado e exclusivo (não compartilhado), com operação em full-duplex, com velocidade mínima de 1 Gbps, interligando 2 (duas) Unidades da CONTRATANTE — circuito ponto a ponto — conforme este Termo de Referência.
 - 1.1.1. Os vocábulos e termos técnicos utilizados neste documento estão descritos no Anexo A deste Termo de Referência (Glossário e Definições).
 - 1.1.2. São partes integrantes deste Termo de Referência:
 - 1.1.2.1. ANEXO A – GLOSSÁRIO E DEFINIÇÕES
 - 1.1.2.2. ANEXO B — DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS — IMR.
 - 1.1.3. Para fins deste Termo de Referência, será denominado como CIRCUITO o caminho lógico que realiza a interconexão de dados entre 2 (duas) UNIDADES da CONTRATANTE em endereços imobiliários distintos.

2. DO MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS

- 2.1. A LICITANTE deverá apresentar proposta de preços conforme modelo constante a seguir, contendo discriminação detalhada dos serviços ofertados, valor unitário e total, em moeda nacional brasileira, em algarismo e por extenso;
- 2.2. Na cotação de preços deverão estar inclusos todos os itens de custo e despesas, tais como materiais, serviços, transportes, embalagens, seguro, mão-de-obra, salários dos profissionais, impostos, encargos sociais, encargos tributários, taxas, fretes e as demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam relacionadas na proposta.

Lote	Item	Discriminação	Qtd.	Unid.	Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
1	1.1	Prestação de serviço continuado de comunicação de dados permanente, dedicado e exclusivo (não compartilhado), com operação em full-duplex, com velocidade mínima de 1 Gbps, interligando 2 (duas) Unidades da CONTRATANTE — circuito ponto a ponto — conforme este Termo de Referência. CATSER TI: 26476	24	Valor mensal		
	1.2	Serviço de Instalação CATSER TI: 26166	1	Valor unitário da instalação		
VALOR TOTAL						

- 2.3. O valor unitário apresentado pelas LICITANTES para o item 1.2 jamais poderá ultrapassar o valor da prestação mensal do item 1.1. Havendo custos de instalação superiores a este limite, a LICITANTE deverá diluir esses custos durante a execução contratual.
- 2.4. Considerando que o objetivo desta contratação é implantar uma solução de conexão de dados entre os *Data Centers* Principal e Secundário da CONTRATANTE, de forma que possa ser realizada configuração de contingência entre as conexões, visando uma elevada taxa de disponibilidade, o objeto desta contratação não poderá ser adjudicado à empresa prestadora do serviço constante do Termo de Contrato TRF2-CON-2021/00060 — Processo Administrativo TRF2-EOF-2021/00008.

v.7



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITl.
Documento Nº: 3616197-4107 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616197-4107>



TRF2INC20220289A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



- 2.4.1. Desta forma, considerando a necessidade de contingência e independência dos CIRCUITOS que interligam os *Data Centers* Principal e Secundário da CONTRATANTE, é vedado o compartilhamento de serviços ou de infraestrutura em qualquer nível — incluindo mas não se limitando a: pontos de presença (POPs), backbone e última milha — com a empresa prestadora do serviço descrita neste item.
- 2.4.2. Dessa forma não será admitida a prestação de serviços, ainda que por empresa diferente, caso utilize trechos de infraestrutura de redes de dados subcontratados junto à prestadora do serviço constante do Termo de Contrato TRF2-CON-2021/00060 — Processo Administrativo TRF2-EOF-2021/00008 ou empresa do mesmo grupo econômico.
- 2.4.3. Não obstante, é absolutamente proibida, em qualquer circunstância, a subcontratação da totalidade do objeto desta contratação.

3. DA JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Trata-se de circuito de dados que interliga os *Data Centers* Principal e Secundário da CONTRATANTE. O objetivo deste circuito é garantir a disponibilidade dos serviços que trafegam entre esses dois sites como, por exemplo, o Sistema Processual E-Proc, Videoconferência, funcionalidade de verificação de prevenção nas bases do Sistema Processual E-PROC e APOLO, Sistema de Folha de Pagamento etc.
- 3.2. Ressalte-se que o Conselho da Justiça Federal também já ratificou a necessidade de redundância nos links de comunicação de dados entre Unidades Judiciárias, conforme inciso III, art. 2º da Resolução CJF Nº. 477/2018.
- 3.3. A contratação ora almejada objetiva substituir o Contrato SJRJ Nº 25/2018 — Processo Administrativo JFRJ-EOF-2018/00458 atingirá a vigência máxima de 60(sessenta) meses em julho de 2023.

4. DOS RESULTADOS/BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

- 4.1. Assegurar a centralização e a alta disponibilidade dos serviços que trafegam entre os *Data Centers* Principal e Secundário da CONTRATANTE.
- 4.2. Permanecer em conformidade com requisitos constantes do inciso III, art. 2º da Resolução Nº. 477/2018 do Conselho da Justiça Federal.

5. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JF

- 5.1. A presente contratação está alinhada com as iniciativas previstas no Plano Estratégico da Justiça Federal — PEJF 2021/2026 — e no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal — PETI-JF 2021/2026, mais precisamente em consonância com o Macro desafio “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados” e o objetivo estratégico de “Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal”.

6. DA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS PRELIMINARES DA CONTRATAÇÃO:

- 6.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o DOD nº TRF2-DOD-2022/00041 e os estudos preliminares constantes do processo TRF2-EOF-2022/00315.

7. DA RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

- 7.1. O serviço objeto desta contratação foi previsto baseado na demanda atual, a qual, neste momento, é atendida mediante o Termo de Contrato 25/2018 (Processo administrativo JFRJ-

v.7



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITl.
Documento Nº: 3616197-4107 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616197-4107>



TRF2INC202202889A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



EOF-2018/00458) assinado em 03/07/2018 e que atingirá a vigência máxima de 60(sessenta) meses em julho de 2023.

8. LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS E ANÁLISE DE MERCADO DE TIC

- 8.1. Considerando que o objeto da demanda se resume, tão somente, à contratação de serviços de comunicação de dados— SCM regulamentado pela ANATEL — não foram encontradas alternativas à solução pretendida.

9. DA JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA ESCOLHIDA

- 9.1. Conforme item 8.1.

10. DA NATUREZA DO OBJETO

- 10.1. Trata-se de prestação de serviço destinada a atender necessidade pública permanente e contínua, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos.

11. DO PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

- 11.1. De acordo com os requisitos levantados, verifica-se que o objeto trata-se de uma solução de comunicação de dados, a qual não permite divisão em itens, pois seu fracionamento traria prejuízos para o objetivo final almejado, haja vista que somente a própria CONTRATADA pode realizar a instalação física do seu próprio link de comunicação de dados.
- 11.2. Portanto, o objeto desta licitação será indivisível e será adjudicado a uma única empresa.

12. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

- 12.1. Verifica-se que os serviços pretendidos são oferecidos por diversas operadoras no mercado de Telecomunicações, e apresentam características padronizadas. Assim, pode-se concluir que o objeto é comum e, portanto, sugere-se como melhor opção a utilização da modalidade “Pregão” sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço”.

13. DO IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. Não há.

14. DA CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL

- 14.1. Deverá estar em conformidade com os seguintes dispositivos legais: Lei 8666/1993, Lei 10.520/2002, Resolução ANATEL 717/2019, Resolução ANATEL 614/2013, Resolução ANATEL 632/2014 e demais dispositivos legais pertinentes, Resolução TRF2-RSP-2013/0007 (inciso II do art. 18), Resolução TRF2-RSP-2019/00080 e Resolução TRF2-RSP-2015/00016 (art. 11).

15. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 15.1. A LICITANTE deverá comprovar que possui capacidade técnica e legal para prestar o serviço ora contratado mediante a apresentação de:
- 15.1.1. Autorização da ANATEL para prestação de serviço SCM, nos termos da Resolução ANATEL Nº 614 de 28 de maio de 2013, em nome da LICITANTE.
- 15.1.1.1. Justificativa: obrigatoriedade constante do Título III do Anexo I do referido dispositivo legal.

v.7



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITl.
Documento Nº: 3616197-4107 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616197-4107>



TRF2INC20202889A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



15.1.2. Ao menos 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido em nome da LICITANTE, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços de um circuito ponto a ponto interligando 2(duas) unidades imobiliárias distintas com distância mínima de 200 km (duzentos quilômetros) entre elas, e com largura de banda com capacidade de, no mínimo, **500 (quinhentos) Mbps**.

15.1.2.1. Justificativa: a exigência contida neste item tem o objetivo de comprovar a aptidão da operadora de telecomunicações no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste certame — Prestação de serviço continuado de comunicação de dados permanente, dedicado e exclusivo (não compartilhado), com operação em full-duplex, com velocidade mínima de 1 Gbps, interligando 2 (duas) Unidades da CONTRATANTE (circuito ponto a ponto) — portanto, é imprescindível que a operadora interessada comprove desempenho de atividade que guarde proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

15.1.2.2. O atestado apresentado deverá conter, no mínimo: Razão Social, CNPJ e endereço completo da empresa ou órgão emitente, razão Social da LICITANTE, número do contrato (se houver), data do fornecimento, descrição do objeto do contrato, local e data de emissão do atestado, nome e assinatura do signatário, bem como telefone e e-mail para contato.

15.1.2.3. Caso o órgão público ou empresa privada emissor do atestado emita um documento padrão em formato que não evidencie as informações exigidas no item anterior, será admitida a juntada de documentos adicionais como, por exemplo, o contrato e o edital da contratação, para fins de complementação e atendimento de tais exigências.

16. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO		
ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZOS
01	Assinatura do(s) Contrato(s)	Após homologação do certame
02	Reunião de alinhamento de expectativas	Em até 5 (cinco) dias consecutivos após o 1º dia útil seguinte à assinatura do contrato.
03	Verificação das instalações da CONTRATANTE (Site Survey) e emissão de Projeto Preliminar de Instalação.	Em até 15 (quinze) dias consecutivos após o 1º dia útil seguinte à assinatura do contrato.
04	Análise do Projeto de Instalação pela CONTRATANTE	Em até 5 (cinco) dias consecutivos após a conclusão da etapa 3.
05	Ativação do serviço	Em até 85 (oitenta e cinco) dias consecutivos após o 1º dia útil seguinte à assinatura do contrato.
06	Período de Funcionamento Experimental	Inicia-se no dia útil seguinte ao recebimento provisório e finaliza-se em até 5 (cinco) dias consecutivos.

v.7



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITl.
Documento Nº: 3616197-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616197-4107>



TRF2INC20202889A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



07	Aprovação da instalação	Em até 90 (noventa) dias consecutivos após o 1º dia útil seguinte à assinatura do contrato, ao término do Período de Funcionamento Experimental.
08	Ativação comercial	04 de julho de 2023. Caso na data indicada o PFE ainda não tiver sido concluído, a data da ativação comercial para fins de efeitos financeiros será o dia útil subsequente ao último dia do PFE.
09	Recebimento Provisório	Imediatamente pelo fiscal técnico, depois de efetuada apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último adimplemento contratual.
10	Recebimento Definitivo	Pelo gestor do contrato e pelo fiscal requisitante, no prazo de 10 (dez) dias, contados partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório e, salvo motivo justificado, comprovada adequação do objeto aos termos contratuais consequente aceitação.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 17.1. Prover a infraestrutura necessária à prestação dos serviços nas dependências da CONTRATANTE, como climatização e alimentação de energia, ficando excluídos desta obrigação qualquer outro tipo de equipamento necessário à conexão da CONTRATANTE ao backbone da CONTRATADA, os quais, se necessários, ficarão a cargo da CONTRATADA.
- 17.2. Instalar e manter a rede interna dentro das especificações técnicas necessárias ao funcionamento dos circuitos.
- 17.3. Comunicar à CONTRATADA, o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada na prestação dos serviços.
- 17.4. Pagar à CONTRATADA os valores constantes das Notas Fiscais/ Fatura de Serviços pelos serviços ora contratados, respeitando os índices e requisitos especificados neste Termo de Referência.
- 17.5. Viabilizar o acesso dos funcionários da CONTRATADA quando da realização de manutenções preventivas e corretivas inerentes à execução contratual, desde que devidamente identificados e após acordado com o fiscal do contrato com antecedência mínima de 24 horas para casos não urgentes.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 18.1. Adicionalmente às obrigações técnicas descritas neste Termo de Referência, a CONTRATADA está obrigada a:
 - 18.1.1. Iniciar a execução das atividades de ativação do serviço, conforme prazos definidos no Contrato;
 - 18.1.2. Manter a qualidade dos serviços dentro dos padrões estabelecidos em Contrato;
 - 18.1.3. Fornecer todos os equipamentos necessários nas condições exigidas neste Termo de Referência, cujos custos deverão estar inclusos no valor mensal a ser pago pela CONTRATANTE, podendo ser fornecidos em comodato, **devendo ser retirados no término do Contrato:**
 - 18.1.3.1. Os equipamentos da CONTRATADA, após o término contratual, deverão ser retirados **no prazo de 30 (trinta dias) a contar da solicitação da CONTRATANTE. Em caso de não retirada no prazo mencionado neste item, a CONTRATANTE descartará os referidos equipamentos.**

v.7



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SIT1.
Documento Nº: 3616197-4107 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616197-4107>



TRF2INC20202889A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



- 18.1.3.2. Os custos relativos à desativação e retirada dos equipamentos ao final da vigência do Contrato deverão estar inclusos no valor global da contratação.
- 18.1.4. Responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os equipamentos e meios necessários para promover a interconexão entre as redes internas dos 2 prédios da CONTRATANTE, com exceção do fornecimento de energia elétrica para alimentação dos equipamentos nas dependências do prédio e a climatização das salas de equipamentos.
- 18.1.5. Responsabilizar-se pela manutenção e reposição dos equipamentos e infraestrutura necessária, como cabos, conectores, adaptadores, atendendo os índices de disponibilidade e desempenho especificados no Anexo B — DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO — deste Termo de Referência.
- 18.1.6. Designar preposto responsável pelo atendimento à CONTRATANTE, devidamente capacitado com poderes para decidir e solucionar questões pertinentes ao objeto contratado.
- 18.2. **Considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), enquanto perdurar a situação emergencial de combate e prevenção ao contágio da COVID-19, a contratada deverá fornecer a todos os empregados/colaboradores postos à disposição da execução do presente contrato, todos os itens de proteção individual necessários à garantia de suas incolumidades, na forma das orientações e normativos expedidos pelo Ministério da Saúde, pela ANVISA e das demais normas específicas decretadas pelo estado e município.**

19. DOS PAPÉIS A SEREM DESEMPENHADOS PELOS PRINCIPAIS ATORES DO ÓRGÃO E DA EMPRESA ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO

- 19.1. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato;
- 19.2. Fiscal Requisitante do Contrato: servidor representante da Área Requisitante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução;
- 19.3. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
- 19.4. Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais;
- 19.5. Preposto: funcionário representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

20. DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 20.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar instrumentos para a solicitação de serviços mediante contato telefônico (0800 ou número de custo local na cidade do Rio de Janeiro) bem como e-mail ou sistema WEB.

v.7



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITl.
Documento Nº: 3616197-4107 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616197-4107>



TRF2INC20202889A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



21. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

- 21.1. Toda a comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser sempre formal como regra, exceto em casos excepcionais que justifiquem outro canal de comunicação. Desta forma, a comunicação poderá ser realizada por meio de ofícios, e-mails e reuniões mediante elaboração de ata.
- 21.2. O e-mail de contato da CONTRATANTE para efeito de entrega de documentos administrativos é tscoocon-contratos@trf2.jus.br. E para efeito de quaisquer assuntos técnicos é secods@trf2.jus.br.

22. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO

- 22.1. A ativação comercial ocorrerá no dia 04 de julho de 2023 para fins de efeitos financeiros.
 - 22.1.1. Caso na data indicada no item 23.1 o PFE ainda não tiver sido concluído, a data da ativação comercial para fins de efeitos financeiros será o dia útil subsequente ao último dia do PFE.
- 22.2. O gestor/fiscal técnico emitirá certidão de início dos serviços, onde constará a data da ativação comercial.
- 22.3. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, modificada pela Lei nº 8.883/94, o objeto da presente contratação será recebido, mediante Termo Circunstanciado, da seguinte forma:
 - 22.3.1. **Provisoriamente** - Imediatamente pelo fiscal técnico, **depois de efetuada apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último adimplemento contratual;**
 - 22.3.2. **Definitivamente** - Pelo gestor do contrato e pelo fiscal requisitante, no prazo de 10 (dez) dias, contados partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório e, salvo motivo justificado, comprovada adequação do objeto aos termos contratuais consequente aceitação.

23. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 23.1. Da Prestação de Serviço de comunicação de dados permanente:
 - 23.1.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, à vista da Fatura/Nota Fiscal discriminativa dos serviços, devidamente atestada pela Equipe de Fiscalização da Contratação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto.
 - 23.1.2. O pagamento referente ao mês de ativação ou de desativação dos serviços será proporcional ao número de dias do mês comercial, considerado este como sendo de 30 (trinta) dias consecutivos.
 - 23.1.3. A CONTRATANTE enviará à CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao mês da prestação do serviço, mediante mensagem eletrônica, o RELATÓRIO MENSAL DE MEDIÇÃO DE RESULTADO, o qual conterá a disponibilidade mensal do circuito ponto a ponto, bem como os eventuais valores a serem glosados na Fatura correspondente, de acordo com o estabelecido no Anexo B — DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO — deste Termo de Referência.
 - 23.1.3.1. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento do RELATÓRIO MENSAL DE MEDIÇÃO DE RESULTADO, para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante

v.7



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITl.
Documento Nº: 3616197-4107 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616197-4107>



TRF2INC20202889A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



- exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da mesma.
- 23.1.3.2. A CONTRATADA deverá emitir e apresentar a Fatura em no máximo 10 dias consecutivos a contar do dia útil subsequente ao recebimento da mensagem eletrônica com o RELATÓRIO MENSAL DE MEDIÇÃO DE RESULTADO.
- 23.1.3.3. O Recebimento da fatura será realizado imediatamente, pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, após a apresentação da Fatura com o valor eventualmente redimensionado pela CONTRATANTE com base no RELATÓRIO MENSAL DE MEDIÇÃO DE RESULTADO.
- 23.2. Do Serviço de Instalação:
- 23.2.1. A ativação do serviço deverá ser ratificada pela equipe responsável pela fiscalização do contrato.
- 23.2.2. No primeiro dia útil seguinte a ativação do serviço, cuja execução deverá ser ratificada pela equipe responsável pela fiscalização do contrato, deverá ser iniciado o Período de Funcionamento Experimental - PFE.
- 23.2.2.1. Denomina-se como Período de Funcionamento Experimental – PFE – o intervalo ininterrupto de **até 5 (cinco) dias**, contados a partir do dia útil seguinte a ativação do serviço, onde a CONTRATANTE verificará o provimento dos serviços de acordo com os níveis de serviço contratados.
- 23.2.2.2. **O PFE não poderá ser objeto de cobrança pela CONTRATADA visto que é um período prévio a Ativação Comercial.**
- 23.2.2.3. O Período de Funcionamento Experimental – PFE – terá a sua contagem reiniciada, havendo desconsideração do prazo anterior já decorrido, caso, no seu decurso, ocorra alguma violação aos níveis de serviço contratados.
- 23.2.3. Os requisitos para aceite do item 1.2 serão compostos por testes de conectividade e transferência de dados, a serem realizados durante o PFE.
- 23.2.3.1. O item 1.2 será considerado aceite quando for verificado, no sistema de monitoramento da CONTRATANTE durante o PFE, que a comunicação entre a ponta A e a ponta B da CONTRATANTE manteve-se disponível e dentro dos níveis de serviço especificados neste Termo de Referência.
- 23.2.3.2. A nota fiscal ou fatura somente poderá ser emitida após a comunicação formal do gestor do contrato acerca de que o item 1.2 foi aceite e está apto para pagamento.
- 23.2.4. O pagamento será efetuado em uma única parcela, após a conclusão dos serviços de instalação e ativação comercial do circuito, à vista da Fatura/Nota Fiscal discriminativa dos serviços, devidamente atestada pelo setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto.

24. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 24.1. A CONTRATANTE nomeará os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do Contrato, na forma do artigo 2º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – Nº 182

v.7



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITl.
Documento Nº: 3616197-4107 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616197-4107>



TRF2INC20202889A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



- de 17 de Outubro de 2013, os quais exercerão, como representantes da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.
- 24.2. Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:
- 24.2.1. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;
- 24.2.2. Ordenar à CONTRATADA que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;
- 24.2.3. Acompanhar e aprovar os serviços executados.
- 24.3. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais.
- 24.4. A CONTRATADA se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados;
- 24.5. As irregularidades detectadas pela fiscalização da CONTRATANTE serão comunicadas por escrito à CONTRATADA, para sua pronta correção ou adequação.
- 24.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das penalidades cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:
- 24.6.1. Não produziu os resultados acordados.
- 24.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.
- 24.6.3. **A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR), conforme modelo previsto no ANEXO B deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.**
- 24.7. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 24.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 24.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 24.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 24.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 24.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as penalidades à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

v.7



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITl.
Documento Nº: 3616197-4107 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616197-4107>



TRF2INC202202889A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



- 24.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

25. DA QUALIFICAÇÃO OU FORMAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 25.1. O corpo técnico da CONTRATADA deverá possuir a qualificação técnica estabelecida nas Resoluções CONFEA e nas legislações aplicáveis.

26. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 26.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:
- 26.1.1. Apresentar documentação falsa;
 - 26.1.2. Fraudar a execução do contrato;
 - 26.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 26.1.4. Cometer fraude fiscal; ou
 - 26.1.5. Fizer declaração falsa.
- 26.2. Para os fins do item 27.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993;
- 26.3. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens "27.4", "27.5" e "27.6" abaixo, com as seguintes penalidades:
- 26.3.1. Advertência;
 - 26.3.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), por prazo não superior a dois anos;
 - 26.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou
 - 26.3.4. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos;
- 26.4. **No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato;**
- 26.5. **No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato;**
- 26.6. Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais da Contratada especificadas no edital e Termo de Referência, a CONTRATADA, caso não sejam acatadas suas justificativas, estará sujeita à penalidade de multa entre 0,1% E 0,5% do valor do contrato, por item

v.7



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITL.
Documento Nº: 3616197-4107 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616197-4107>



TRF2INC20202889A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



- obrigatório descumprido, limitado ao percentual máximo de 2% se descumprido mais de um item obrigatório concomitantemente;
- 26.7. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;
- 26.7.1. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;
- 26.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;
- 26.8. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

27. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 27.1. O prazo de vigência será de 24 (vinte e quatro meses), contados a partir do primeiro dia útil seguinte à assinatura do contrato.
- 27.2. Tal prazo faz-se necessário baseado na peculiaridade e complexidade do objeto, bem como por revelar um benefício para a administração.
- 27.3. É baseado na peculiaridade do objeto, pois as operadoras de Telecomunicações têm um investimento não só inicial, mas também durante toda a execução contratual para realizar a manutenção da infraestrutura de atendimento ao cliente, tais como com equipamentos, cabeamento, aluguéis de torres e de acessos, pessoal, custo de banda, parceria com outras operadoras, e esse custo é diluído em parcelas futuras, onde se calcula o prazo de retorno desse investimento inicial. Um contrato de 12 meses teria parcelas mais altas, pois o custo é dividido em parcelas e nestas é agregado o lucro da operadora. No entanto, um contrato de 24 meses terá parcelas proporcionalmente menores, considerando o maior prazo para diluir o investimento inicial e de execução.
- 27.4. E revela também um benefício para Administração, pois segundo o Jurista Marçal Justen Filho, (...) o problema mais relevante reside na perda pela Administração Pública de uma das vantagens inerentes à adoção de prazos mais amplos. Quando se realiza um contrato com prazo de sessenta meses, reduzem-se os custos unitários e gerenciais do particular. Portanto, a Administração pode obter preços mais vantajosos. Quando se impõe contratação com prazo mais reduzido (ainda que com previsão de sua renovabilidade até sessenta meses), elevam-se os custos do particular. Logo a Administração se sujeita a preços mais elevados. Esse é um dos motivos do surgimento da figura da "repactuação de preços (...) (Justen Filho, 2010, p.726).
- 27.5. Não obstante, considerando a essencialidade do referido objeto e a permanência da necessidade pública a ser satisfeita torna-se muito problemático interromper sua prestação, risco que poderia ser desencadeado se houvesse necessidade promover licitação a cada exercício orçamentário.
- 27.6. Ademais, bem se sabe que os procedimentos de contratação e prorrogação contratual demandam o envolvimento de servidores de diversas áreas administrativas, bem como um custo considerável, computando o valor hora/homem desses servidores e demais custos do processo administrativo, tais como com as publicações na imprensa oficial.
- 27.7. Esse também é o entendimento de muitos Órgãos do Poder Judiciário Federal bem como de Órgãos de Controle, que realizaram contratações semelhantes, senão vejamos:

27.7.1. TCU; PREGÃO 122/2013; VIGÊNCIA 36 MESES

v.7



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITl.
Documento Nº: 3616197-4107 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616197-4107>



TRF2INC20220289A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



- 27.7.2. CJF; PREGÃO 24/2016; VIGÊNCIA 20 MESES
- 27.7.3. TRF 3ª REGIÃO; PREGÃO 043/2016; VIGÊNCIA 30 MESES
- 27.7.4. TRF 4ª REGIÃO; PREGÃO 16/2017; VIGÊNCIA 20 MESES
- 27.7.5. TRT 1ª REGIÃO; PREGÃO 04/2018; VIGÊNCIA 30 MESES
- 27.7.6. SJPR; PREGÃO 06/2013; VIGÊNCIA 60 MESES
- 27.7.7. SJRJ; PREGÃO 49/2014; VIGÊNCIA 36 MESES
- 27.7.8. SJRJ; PREGÃO 85/2019; VIGÊNCIA 36 MESES

27.8. Diante de todos os argumentos acima expostos, objetiva-se a contratação do objeto em tela pelo prazo de 24 meses.

28. DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES

- 28.1. A CONTRATADA deverá manter, em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, as informações obtidas em razão da relação contratual mantida com a CONTRATANTE.

29. DOS REQUISITOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS

- 29.1. A presente contratação objetiva a prestação de serviços de comunicação de dados de circuitos ponto a ponto interligando 2 (duas) unidades de interesse da CONTRATANTE.
- 29.1.1. Tais circuitos representam serviço de comunicação de dados permanente, **dedicado e exclusivo (não compartilhado), com operação em full-duplex, com velocidade mínima de 1 Gbps**, mediante link digital, entregues em interfaces elétricas tipo SFP ou superior, mediante protocolo de camada 2, em ambas as pontas, para a interligação dos pontos a seguir:

Ponta A (Datacenter Principal RJ)	Ponta B (Datacenter Secundário ES)
Rua Acre, nº 80, CEP: 20081-000 Praça Mauá, Rio de Janeiro – RJ.	Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1.877, CEP: 29053-245 Monte Belo, Vitória – ES.

- 29.2. O serviço de comunicação de dados (item 1.1) deverá ser prestado de forma integral, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, todos os dias do ano.
- 29.3. Requisitos da Instalação:
- 29.3.1. O serviço de comunicação de dados deverá ser provido mediante 01 (um) link digital, através de fibra óptica, suportado em protocolo de camada 2 nas pontas A e B, disponibilizando a conexão para a CONTRATANTE mediante 2 (duas) interfaces elétricas tipo SFP ou superior, com fornecimento de 2 transceivers SFP 1000BASE-SX padrão LC e 2 transceivers SFP 1000BASE-T para serem utilizados mediante conveniência da CONTRATANTE
- 29.3.1.1. Considerando que as edificações que abrigarão as Pontas A e B dos Circuitos não reúnem atualmente as condições de infraestrutura interna e segurança adequadas para instalação de rádio enlace de micro-ondas, **a abordagem em tais prédios deverá ser realizada impreterivelmente mediante fibra óptica, ou seja, não será**

v.7



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITl.
Documento Nº: 3616197-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616197-4107>



TRF2INC20202889A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



admitida a instalação de antenas e rádio-enlaces nas referidas edificações.

- 29.3.2. A CONTRATADA deverá encaminhar Projeto Preliminar de Instalação, respeitando os parâmetros estruturais das edificações, contendo no mínimo: todo o trajeto do cabeamento até o CPD da CONTRATANTE e local de instalação, consumo e tensão elétrica dos equipamentos que porventura sejam instalados no Rack da CONTRATANTE. Tal Projeto deverá ser enviado em formato "PDF" por meio de correspondência eletrônica.
- 29.3.2.1. O CPE instalado nas dependências da CONTRATANTE deverá apresentar fonte redundante ou ser fornecido acompanhado de chave estática de transferência padrão Rack 19 polegadas, que permita manter a comutação dos 2 circuitos de alimentação elétrica independentes que existem dentro do DATACENTER da CONTRATANTE.
- 29.3.3. O prosseguimento do serviço de instalação de cada circuito estará condicionado à aprovação do projeto pela equipe de engenharia da CONTRATANTE.
- 29.3.4. Durante a vigência do contrato, poderá ser solicitada a mudança de endereço da ponta A e/ou B para outro endereço, respeitada a distância geodésica máxima entre os endereços descritos no item 30.1.1 acrescida de 10 % (dez por cento).
- 29.3.4.1. A CONTRATADA fará jus ao pagamento do valor de instalação consignado na planilha de preços, quando da ativação do Circuito no novo endereço.
- 29.3.4.2. O prazo máximo para a referida instalação é de 75 (setenta e cinco) dias, contados do primeiro dia útil seguinte à assinatura do aditamento contratual.
- 29.4. Características do Circuito Ponto a Ponto:
- 29.4.1. Deverá ser único, ou seja, não serão aceitos links agregados para totalizar a velocidade solicitada, exceto quando acordado junto à CONTRATANTE.
- 29.4.2. Deverá permitir o tráfego de toda a suite de protocolos que compõem o padrão ethernet 802.1, inclusive tráfego com VLAN tagging (IEEE 802.1Q), sendo os números dos VIDs definidos pela CONTRATANTE.
- 29.4.3. Deverá ser totalmente transparentes no tráfego de protocolos e não deverá existir nenhum proxy de serviços, filtros de serviços e conteúdo, limitadores do número de conexões (flows) ou pela blocagem fornecida.
- 29.4.4. O link ponto a ponto precisa ser exclusivo, não sendo permitido compartilhamento da infraestrutura ou de equipamentos com outros clientes da CONTRATADA.
- 29.4.5. Deverá permitir métodos de priorização de tráfego (QoS) por tipo de protocolo e por serviços da pilha TCP/IP, além de Traffic Policing e Traffic Shaping.
- 29.4.6. Deverá suportar Jumbo Frame, tamanho (payload) 9000 bytes, e as seguintes funcionalidades: Priority Queuing, Class Based weighted Fair Queuing (CBWFQ), Low Latency Queuing (LLQ) e Generic Traffic Shaping (GTS).
- 29.4.6.1. A CONTRATANTE poderá solicitar comprovação, inclusive com vistoria presencial, durante a vigência do contrato, de qualquer dos itens especificados neste documento.

30. DO SUPORTE TÉCNICO E GERENCIAMENTO PROATIVO

- 30.1. A CONTRATADA deverá realizar o gerenciamento proativo mediante NOC (próprio ou subcontratado), que realize o monitoramento dos circuitos contratados em regime 24 x 7, e

v.7



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SIT1.
Documento Nº: 3616197-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616197-4107>



TRF2INC20202889A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



efetue a abertura de chamado em até 10 (dez) minutos após a detecção de indisponibilidade ou degradação do circuito (por exemplo: perda de pacotes, latência superior ao máximo estabelecido e etc). Assim sendo, é dever da CONTRATADA agir de ofício sempre que ocorrerem problemas e abrir os chamados e iniciar as ações para resolvê-los.

- 30.1.1. A CONTRATADA deverá efetuar o gerenciamento pró-ativo e a manutenção, tanto da porta de entrada no “backbone” como dos pontos de acesso e equipamentos de sua propriedade instalados na CONTRATANTE (roteadores, modems, etc.), assegurando todos os níveis de serviço descritos neste Edital, não sendo permitido qualquer tipo de acesso ou alteração nos equipamentos da rede interna do CONTRATANTE;
- 30.2. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, uma Central de Atendimento Especializado com número telefônico de custo local na cidade do Rio de Janeiro, para registros dos chamados, operando 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, todos os dias do ano.
- 30.3. Os chamados abertos na Central de Atendimento Especializado poderão ser referentes a todas as atividades de responsabilidade da CONTRATADA, considerando os serviços contratados, englobando, mas não se limitando, à instalação, configuração, recuperação, alteração e remoção de equipamentos, enlaces, roteamento, endereçamento IP, entre outros;
- 30.4. Os registros dos chamados deverão conter todas as informações relativas ao chamado aberto, protocolo de abertura, tempo de início e fim de atendimento, identificação do elemento (equipamento, enlace ou serviço) afetado, nome, fone e e-mail do contato, na CONTRATANTE, que foi posicionado acerca do reparo e restabelecimento do serviço, descrição detalhada da resolução do chamado com um código associado e responsabilidades.

31. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 31.1. As despesas decorrentes da aquisição dos equipamentos, objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, conforme especificado abaixo:

Lote	Fonte Pagadora	PTR	Elementos de Despesa
1	TRF2	AI	33.90.40.13 – Comunicação de Dados

32. DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

- 32.1. Não se aplica.

33. PRAZO DE VIGÊNCIA DA GARANTIA DOS BENS E SERVIÇOS

- 33.1. Não se aplica.

34. DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E AUTORAIS DOS PRODUTOS GERADOS POR OCASIÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Não se aplica.

35. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Papel	Nome	Matr.	Setor	E-mail
Integrante Requisitante	Pergentino Joaquim Alves Neto	T212049	SITI	pergentino@trf2.jus.br
Integrante Requisitante Suplente	Marcus Vinicius do P. Azevedo	T211728	DIREME	mva@trf2.jus.br
Integrante Técnico	Carlos Alberto Caldas da Silva	T212041	COREDA	carloscaldas@trf2.jus.br
Integrante Técnico Suplente	Diego Lopes Gomes	T212081	SECODS	diego.gomes@trf2.jus.br
Integrante Administrativo	Luiz Manuel de Sousa Gonçalves	T211575	SEATAD	luiz.goncalves@trf2.jus.br
Integrante Administrativo Suplente	Patrícia Soares Trannin	T211550	SEASAT	trannin@trf2.jus.br

v.7



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI.
Documento Nº: 3616197-4107 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616197-4107>



TRF2INC20202889A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



ANEXO A – GLOSSÁRIO DE DEFINIÇÕES

ACM (ADAPTIVE CODE MODULATION)	Característica específica de rádio enlaces de micro-ondas a qual permite que a modulação diminua gradativamente com o aumento da atenuação do sinal recebido tal que o receptor possa continuar operando com sinais de intensidade cada vez mais baixa outrossim mantendo o enlace em operação mas com modulações menores (com menor capacidade) e evitando assim a interrupção dos serviços no caso de chuvas muito fortes, por exemplo. Esta característica é essencial para rádio enlaces instalados em regiões com regime de chuva tropical ou semi-tropical.
AGREGAÇÃO DE BANDA	Essa característica permite que dois enlaces de micro-ondas possam ser vistos como uma única conexão do ponto de vista dos dados transmitidos que se distribuem nos dois enlaces de forma 100% transparente para o usuário. Com isso, dois rádio enlaces de 500 Mbps de capacidade dotados dessa característica podem ter sua banda agregada em um único canal de 1 Gbps.
BACKBONE	Coluna dorsal de uma rede. BACKBONE representa a via principal de informações transferidas por uma rede, interligando ramificações derivadas (ou acessos) que atendem às UNIDADES, terminando no NO CENTRAL.
CABEAMENTO	Conexão efetuada entre os componentes das redes de dados. Os tipos de cabeamento mais utilizados são: par trançado, coaxial e fibra ótica.
CFTV-IP	Circuito Fechado de Televisão com transmissão IP - é um sistema de televisão que distribui sinais digitais IP provenientes de câmeras localizadas em locais específicos, para um ou mais pontos de visualização com propósitos de segurança, vigilância e monitoramento.
CIRCUITO	No contexto de redes de dados, significa o caminho lógico que realiza a interconexão de dados entre 2 (duas) UNIDADES da CONTRATANTE em endereços imobiliários distintos.
CLEAR CHANNEL	Transporte de dados ponto-a-ponto sem compartilhamento de banda por meio de um circuito de capacidade dedicada.
CPE	A sigla CPE (em inglês: Customer Premises Equipment) é um termo técnico muito utilizado por operadoras de telecomunicações e fornecedores de serviços de comunicação. É uma sigla em inglês quer dizer <i>Customer Premises Equipment</i> ou <i>Customer Provided Equipment</i> que significa "equipamento dentro das instalações do cliente".
DATA CENTER	O Data Center, também conhecido como centro de processamento de dados (CPD), é um local onde estão concentrados os sistemas computacionais de uma empresa ou organização. É um ambiente projetado para abrigar equipamentos servidores e outros componentes como sistemas de armazenamento de dados (storages) e ativos de rede (switches, roteadores). O objetivo principal de um Data Center é garantir a disponibilidade de equipamentos que rodaram sistemas cruciais para o negócio de uma organização, garantindo assim a continuidade do negócio.
ESTAÇÃO DE TRABALHO (WORKSTATION)	É a designação dada ao computador do usuário.
FALHA	Qualquer evento que inviabilize a operação, causando degradação importante ou interrupções de serviço devido a falhas de equipamentos, materiais, links e troncos, incluindo nesta definição os eventos de latência, perda de pacotes e jitter.
FIBRA APAGADA	Meio físico que é utilizado para transporte de dados ponto-a-ponto ligando-se suas extremidades a equipamentos que transformam os pulsos elétricos da interface de dados do usuário para pulsos de luz que são transportados pela fibra ótica.
FIREWALL	Dispositivo de uma rede de computadores que tem por função regular o tráfego de rede entre redes distintas e impedir a transmissão e/ou recepção de dados nocivos ou não autorizados de uma rede a outra.
FULL-DUPLEX	Sistema de comunicação composto por dois pares de unidades transmissoras-receptoras (ou transeptores) que podem comunicar entre si simultaneamente nas duas direções de forma 100% bidirecional.
HARDWARE	Designação genérica de todo tipo de equipamento de informática, por exemplo, microcomputador, discos rígidos, memória, impressora, scanner, entre outros.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)	Mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.
INTERLIGAÇÃO	Ligação entre redes de telecomunicações funcionalmente compatíveis, de modo que os usuários de serviços de uma das redes possam se comunicar com usuários de serviço de outra ou acessar serviços nelas disponíveis.
INTERNET	Rede de computadores dispersos por todo o planeta que trocam dados e mensagens utilizando um protocolo comum, unindo usuários particulares, entidades de pesquisa, órgãos culturais, institutos militares, bibliotecas e empresas de toda envergadura. A palavra Internet, pode ser escrita com a primeira letra em maiúscula. A Internet funciona usando as tecnologias de telecomunicações convencionais. O IP ou Protocolo Internet oferece uma camada lógica, da qual dependem todos os demais protocolos e aplicações da rede.
JITTER	Medida de variação do tempo de entrega de pacotes sucessivos de dados. Observa-se que uma variação de atraso elevada demonstra uma baixa qualidade de serviço em uma rede devido a "engarrafamentos",





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



	ou sobrecarga, em alguns de seus trechos. Um exemplo de sistemas que tem o Jitter como inimigo é o serviço de Voz sobre IP (VoIP), além de videoconferências e outros serviços sensíveis a tempo.
JUMBO FRAME	Em rede de computadores, pacotes jumbo ou quadros jumbo são quadros ethernet com mais de 1500 bytes de carga útil (payload), o limite definido pelo padrão IEEE 802.3.
LAMBDA	É o comprimento de onda e define uma "cor" que é capaz de suportar a transmissão de dados na mesma capacidade transportada por toda a fibra óptica. Em uma mesma fibra óptica é possível "dividi-la" em até 160 cores, multiplicando por até 160 a capacidade transportada por ela.
LAN TO LAN	"São soluções de interligação ponto-a-ponto (CIRCUITOS dedicados digitais de extremo a extremo) com garantia de 100% da banda em 100% do tempo, e transparência a protocolos. Ideais para transmissão segura de dados, entre matriz, filiais, clientes, parceiros ou fornecedores através de uma infraestrutura de comunicação integrada, que permite tráfego constante." (Fonte: http://www.telefonicaempresas.com.br/grandesempresas/prodDadosLanLan.shtml)
LATÊNCIA (ROUND TRIP TIME - RTT)	É o tempo que um pacote IP leva para sair do roteador no NÓ CENTRAL, chegar ao roteador da UNIDADE de destino e retornar ao roteador do NÓ CENTRAL. A latência aumenta em função da distância e da qualidade do caminho percorrido sendo influenciada principalmente por infraestrutura de redes congestionadas.
NOBREAK	Equipamento cuja principal função é fornecer energia ininterrupta, mesmo na ausência total de energia proveniente da rede elétrica. Isto é possível graças à utilização de baterias, que podem gerar até várias horas de autonomia, dependendo da configuração do nobreak.
NOC (NETWORK OPERATIONS CENTER)	É o centro de comando e controle de operações de uma Rede. É o local onde se centraliza a gerência da rede privada da CONTRATANTE podendo se interligar a outros NOCs.
PAR METÁLICO	Cabo metálico utilizado em redes de computadores construído através do agrupamento de um ou mais pares de fios de cobre trançados.
PROTOCOLO ICMP OU ICMP	Sigla para o inglês <i>Internet Control Message Protocol</i> , é um protocolo usado pela ferramenta "ping" para medir a conectividade entre equipamentos medindo o tempo de ida e volta de transmissão de um pacote IP.
PROTOCOLO IP OU IP	Protocolo de Internet (em inglês: Internet Protocol, ou o acrônimo IP) é um protocolo de comunicação usado entre duas ou mais máquinas em rede para encaminhamento dos dados.
PROTOCOLO SNMP OU SNMP	É o protocolo simples de Gerência de Rede, ou seja, é um protocolo para gerenciamento de dispositivos em redes IP que é usado em sistemas de gerenciamento para monitorar dispositivos ligados a rede. O SNMP é um componente do conjunto de protocolos da Internet, como definido pela Internet Engineering Task Force (IETF). Ele consiste de um conjunto de padrões de gerenciamento de rede, incluindo um protocolo da camada de aplicação, um esquema de banco de dados e um conjunto de objetos de dados.
QOS	Refere-se à garantia de largura de banda reservada para determinadas aplicações. Tem como sua principal característica dar prioridade, reservar banda, controlar jitter (variação de atraso) e latência, garantindo um bom desempenho de determinadas aplicações.
RACK	Armário metálico com prateleiras, destinado a conter subconjuntos de aparelhos de informática (ativos de rede) tais como switches, roteadores, unidades Internas de rádios de Micro-ondas, patch panels, etc.
REDE DE DADOS REDE OU REDE DE COMPUTADORES REDES DETERMINÍSTICAS	Designa, genericamente, um conjunto de computadores ligados que se comunicam entre si. As redes determinísticas oferecem CIRCUITOS dedicados, especializados e exclusivos, ponto a ponto e ponto multiponto, transmitindo sinais digitais entre endereços preestabelecidos; este tipo de serviço ficou muito conhecido pela sigla SDH (Synchronous Digital Hierarchy). Ao contrário das redes estatísticas, baseadas em multiplexação estatística, nas redes determinísticas a alocação de time slots é exclusiva daquele circuito, possuindo redução significativa de latência, pois a latência inserida pelos elementos de rede é muito pequena (na ordem de 0,5 ms). Existe compatibilidade com aplicações sensíveis a baixo retardo, adequando-se a protocolos antigos, que não aceitam atraso. Como o <u>recurso não é compartilhado</u> , a latência será constante e previsível.
REQUISICIONAMENTO DE SERVIÇO	Qualquer evento de acréscimos ou modificações de serviço prestado.
ROTEADOR DE ACESSO	Equipamento roteador de propriedade da CONTRATADA, responsável por receber os dados do LINK ACESSO, instalado em uma respectiva UNIDADE, e, mediante uma interface ethernet (PTR), entregar conectividade dessa UNIDADE ao backbone.
SERVIDORES	Computadores centrais, que fornecem serviços a uma rede de computadores. Esses serviços podem ser de natureza diversa, por exemplo, arquivos, aplicações e correio eletrônico.
SCM	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM): O SCM é um serviço fixo de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em âmbito nacional e internacional, no regime privado, que possibilita a oferta de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, permitindo inclusive o provimento de conexão à internet, utilizando quaisquer meios, a Assinantes dentro de uma Área de Prestação de Serviço; em conformidade com a classificação contida no art. 3º do Anexo à Resolução ANATEL Nº 614, de 28 de maio de 2013 — REGULAMENTO DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA.
SOFTWARE	Programa de computador.
SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Solução composta por bens e/ou serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação que se integram para o alcance dos resultados pretendidos com a contratação, de modo a atender à necessidade que a desencadeou.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



SUPORTE TÉCNICO	Consiste no atendimento de Chamados Técnicos do cliente para esclarecimentos, atendimento de solicitações de configuração de rede, fornecimento de relatórios e reparação das eventuais falhas de produtos mediante reconfigurações lógicas ou substituição de peças e componentes que se apresentem defeitos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas dos mesmos, além do ajuste de configuração que se fizer necessário para o reparo da falha.
SWITCH CENTRAL	É o equipamento ou conjunto de equipamentos de núcleo da rede do NÓ CENTRAL.
SWITCH OU COMUTADOR	É um dispositivo utilizado em redes locais de computadores que tem como função o chaveamento (ou comutação) para reencaminhar quadros (dados) entre as estações (nós) que desejam se comunicar, sempre dentro de uma rede (camada 2).
TURN-KEY	É um tipo de regime empregado em processos licitatórios no qual a empresa CONTRATADA fica obrigada a entregar a obra em questão em condições de pleno funcionamento. E a sigla EPC vem do inglês "Engineering, Purchase, Construction", que traduzido fica "Engenharia, Compra e Construção"; significa dizer que a empresa responsável vai elaborar o projeto, comprar os materiais e executar a obra em si.
UNIDADE	Prédio de interesse da CONTRATANTE onde há instalação de CPE e onde o serviço de comunicação de dados será prestado.
VOIP OU VOZ SOBRE IP	Refere-se à tecnologia que permite a transmissão de sinais de voz pela Internet ou por uma Rede Privada IP.

v.7



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITl.
Documento Nº: 3616197-4107 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616197-4107>



TRF2INC20202889A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



ANEXO B – DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Os serviços prestados deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

A CONTRATADA deverá possuir uma estrutura de atendimento do tipo Help Desk, acessada mediante os instrumentos descritos no item 20 “DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS”, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

O INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO — IMR — estabelece os indicadores mínimos de desempenho da qualidade do serviço a ser contratado, discriminando sua finalidade, metas a cumprir, instrumentos de medição, formas de acompanhamento, periodicidade, mecanismos de cálculo, vigência, faixas de redimensionamento de pagamento e eventuais penalidades.

A CONTRATANTE exigirá da CONTRATADA o atendimento aos seguintes indicadores mínimos de desempenho para aferição da qualidade esperada:

- Índice de Disponibilidade (D)
- Latência Round-Trip Time — *latência RTT* — (LRTT)
- Percentual de Perda de Pacotes Médio (PPPM)

Mensalmente, a CONTRATANTE enviará à CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao mês da prestação do serviço, mediante mensagem eletrônica, o RELATÓRIO MENSAL DE MEDIÇÃO DE RESULTADO, o qual conterá a disponibilidade mensal do circuito ponto a ponto, bem como os eventuais valores a serem glosados na Fatura/Nota Fiscal correspondente, de acordo com o INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO — IMR.

A CONTRATADA poderá apresentar justificativa, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento do RELATÓRIO MENSAL DE MEDIÇÃO DE RESULTADO, para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da mesma, tais como:

- Falha em algum equipamento de responsabilidade da CONTRATANTE.
- Falha decorrente de procedimentos operacionais da CONTRATANTE.
- Falha de qualquer equipamento da CONTRATADA que não possa ser corrigida por inacessibilidade causada pela CONTRATANTE.
- Eventual interrupção, em virtude de manutenção programada, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE.

A CONTRATANTE utilizará o Software livre ZABBIX para avaliação dos indicadores mínimos de desempenho da qualidade dos serviços prestados. Para tal, é necessário que a CONTRATADA:

- Permita solicitações de Eco ICMP (Ping) aos roteadores e/ou switches instalados nas dependências da CONTRATANTE para verificar o estado de funcionamento do circuito.

v.7



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITl.
Documento Nº: 3616197-4107 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616197-4107>



TRF2INC202202889A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



- Permita solicitação de Ping com pacotes de 1472 bytes, roteadores e/ou switches instalados nas dependências da CONTRATANTE, a fim de verificar o índice de perda de pacotes.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO — IMR

Indicador	
Nº 01 Índice de Disponibilidade (D)	
Item	Descrição
Finalidade	Medir o percentual de tempo em que o CIRCUITO permaneceu disponível, ou seja, em plenas condições de funcionamento
Meta a cumprir	99,45%
Instrumento de medição	Mediante o uso de Solução de Gerenciamento Software Zabbix, onde será realizada a coleta, o armazenamento e a apresentação dos dados da apuração deste Indicador.
Forma de acompanhamento	Mediante a utilização do Software livre Zabbix, a avaliação da indisponibilidade será realizada com o uso de testes de conectividade de tráfego que consistem no envio e recebimento de pacotes ICMP (ping ou similar) a partir a partir da interface LAN do CPE do terminal de origem em direção à interface LAN do CPE do terminal de destino.
Periodicidade	Será auferido mensalmente e considerará o mês comercial de 30 (trinta) dias; portanto, o Tempo Total que o CIRCUITO deverá estar disponível será de 43.200 (quarenta e três mil e duzentos) minutos; exceto quando nos meses de ativação e desativação dos serviços, nos quais será proporcional ao número de dias de serviços efetivamente prestados.
Mecanismo de Cálculo	<p>O Índice de Disponibilidade de cada CIRCUITO será calculado mediante a seguinte fórmula:</p> $D = [1 - (TI / TM)] \times 100, \text{ onde:}$ <p>→ D é o Índice de Disponibilidade Mensal do CIRCUITO. → TI é o somatório dos Períodos de Indisponibilidade, em minutos, medido em cada CIRCUITO, no mês de faturamento. → TM é o Tempo Total Mensal de operação em minutos, no mês de faturamento.</p> <p>O somatório dos Períodos de Indisponibilidade (TI), em minutos, medido em cada CIRCUITO no mês de faturamento é calculado da seguinte forma:</p> $Ti = \sum_{i=1}^n \Delta P_n, \text{ onde:}$ <p>(ΔP_n) representa um período de indisponibilidade qualquer, medido em minutos, ocorrido no mês.</p> <p>O CIRCUITO será considerado indisponível — ficando a CONTRATADA isenta de responsabilidade por indisponibilidades comprovadamente geradas pela CONTRATANTE — quando:</p> <p>I - Da ocorrência de qualquer tipo de problema que impeça a transmissão ou a recepção de requisições da ponta A para a ponta B ou vice-versa. II - O Indicador nº 2 — Latência Round-Trip Time Média (LRTTM) — apresentar valores superiores a 30 ms;</p>

v.7



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITl.
Documento Nº: 3616197-4107 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616197-4107>



TRF2INC202202889A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



	III - O Indicador nº 3 — Percentual de Perda de Pacotes Médio (PPPM) — apresentar valores superiores a 1%.		
Início da Vigência	Data do recebimento definitivo da ativação		
Faixas de redimensionamento no pagamento	Índice de Disponibilidade	Percentual de Glosa (%) sobre o valor mensal do CIRCUITO	Percentual de Multa (%) sobre o valor mensal do CIRCUITO
	>= 99,30% e < 99,45%	5	0
	>= 99,15% e < 99,30%	10	0
	>= 99,00% e < 99,15%	15	0
	>= 98,80% e < 99,00%	20	Conforme item Penalidades deste Indicador.
	>= 75,00% e < 98,80% < 75,00%	25 50	
Penalidades	Caso o índice de disponibilidade (D) apurado em dado mês seja inferior a 99,00% (noventa e nove por cento), o pagamento à CONTRATADA estará sujeito, além dos redimensionamentos mencionados no item anterior, às penalidades e sanções administrativas legalmente cabíveis previstas no Edital.		

Indicador	
Nº 02 Latência Round-Trip Time Média (LRTTM)	
Item	Descrição
Finalidade	Medir o tempo de ida e volta necessário, em milissegundos, de um pacote de dados enviado da ponta A até a ponta B.
Meta a cumprir	Menor que 30 (trinta) milissegundos
Instrumento de medição	Mediante o uso de Solução de Gerenciamento Software Zabbix, onde será realizada a coleta, o armazenamento e a apresentação dos dados da apuração deste Indicador.
Forma de acompanhamento	A medição da Latência Instantânea (LI) será realizada utilizando-se o protocolo ICMP (ping ou similar), com repetição do comando a cada 1 (um) minuto, a partir da interface LAN do CPE do terminal de origem em direção à interface LAN do CPE do terminal de destino.
Periodicidade	Será auferido mensalmente e considerará o mês comercial de 30 (trinta) dias, o que equivale a 43.200 (quarenta e três mil e duzentos) minutos; exceto quando nos meses de ativação e desativação dos serviços, nos quais será proporcional ao número de dias de serviços efetivamente prestados.
Mecanismo de Cálculo	A cada intervalo de 5 (cinco) minutos, perfazendo um total de 5 (cinco) medições de Latência Instantânea (LI), será calculada a Latência RTT Média (LRTTM), segundo fórmula abaixo: $LRTTM = (\sum LI) / 5$ A Latência RTT Média (LRTTM) admitida será de, no máximo, 30 (trinta) milissegundos.
Início da Vigência	Data do recebimento definitivo da ativação
Faixas de redimensionamento no pagamento	Conforme Indicador N.º 01

Indicador	
Nº 03 Percentual de Perda de Pacotes Médio (PPPM)	
Item	Descrição

v.7



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SIT1.
Documento Nº: 3616197-4107 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616197-4107>



TRF2INC20202889A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Finalidade	É medida em percentual tomando como referência o volume total de pacotes que alcançaram o destino Indicador (medido na interface LAN do CPE do terminal de destino) dentre o volume total de pacotes transmitidos (medido na interface LAN do CPE do terminal de origem).
Meta a cumprir	1% (um por cento)
Instrumento de medição	Mediante o uso de Solução de Gerenciamento Software Zabbix, onde será realizada a coleta, o armazenamento e a apresentação dos dados da apuração deste Indicador.
Forma de acompanhamento	A medição do Percentual de Perda de Pacotes Instantâneo (PPPI) será realizada utilizando-se o protocolo ICMP (ping ou similar), com tamanho mínimo de 1472 bytes (payload), com repetição do comando a cada 1 (um) minuto, a partir da interface LAN do CPE do terminal de origem em direção à interface LAN do CPE do terminal de destino.
Periodicidade	Será auferido mensalmente e considerará o mês comercial de 30 (trinta) dias, o que equivale a 43.200 (quarenta e três mil e duzentos) minutos; exceto quando nos meses de ativação e desativação dos serviços, nos quais será proporcional ao número de dias de serviços efetivamente prestados.
Mecanismo de Cálculo	A cada intervalo de 5 (cinco) minutos, perfazendo um total de 5 (cinco) medições do Percentual de Perda de Pacotes Instantâneo (PPPI), será calculado o Percentual de Perda de Pacotes Médio (PPPM), segundo fórmula abaixo: $PPPM = (\sum PPPI) / 5$ O Percentual de Perda de Pacotes Médio (PPPM) máximo admitido é de 1% (um por cento).
Início da Vigência	Data do recebimento definitivo da ativação
Faixas de redimensionamento no pagamento	Conforme Indicador N.º 01

v.7



Assinado com senha por DIEGO LOPES GOMES - Supervisor(a) / SECODS, LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD e PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITl.
Documento Nº: 3616197-4107 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3616197-4107>



TRF2INC20202889A